



Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT

Belo Horizonte, ano 14, n. 79, jan./fev. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ A percepção de pensão alimentícia como fato gerador do IRPF
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
- ◆ PIS e Cofins: o estranho caso dos créditos presumidos para a indústria de rações para alimentação animal
José Luis Ribeiro Brazuna , Sergio Pin Junior
- ◆ Análise da neutralidade tributária da Lei nº 12.973/14 (regime tributário definitivo) no âmbito dos pronunciamentos do CPC
Diogo Cabeda, Paulo Schmidt
- ◆ A troca de informações entre a Receita Federal e os Fiscos estaduais – O caso do imposto sobre doação – ITCD, com base em informações da Declaração do Imposto de Renda
José Hable
- ◆ O controle do valor aduaneiro na importação
Fernando L. Lobo d'Eça
- ◆ Ação popular tributária e ICMS
Igor José Morey Feital, Cláudia Mansani Queda de Toledo
- ◆ Fundamentos e alcance da imunidade tributária do livro digital
Andrei Pitten Velloso
- ◆ A guerra fiscal do ICMS e as consequências para os Estados e Municípios da Região Sul Brasileira
Andreia de Souza Costa

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Direito Tributário – Recurso Representativo da Controvérsia – Art. 543-C, do CPC – Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI – Incidência Sobre os importadores na revenda de produtos de procedência estrangeira – Fato gerador autorizado pelo Art. 46, II, c/c 51, parágrafo único do CTN

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Direito Tributário – Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários – Sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais – Exigibilidade – Lei nº 7.940/89

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Tributário e Processual Civil – Prevalência dos Tratados Internacionais Tributários sobre a norma de direito interno – Incidência do Imposto De Renda – Empresa com sede na Espanha e sem estabelecimento permanente instalado no Brasil

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Tributário – Recurso Representativo da Controvérsia – Art. 543-C, do CPC – COFINS – Conceito de Receitas relativas as atividades próprias das entidades sem fins lucrativos para fins de gozo da isenção prevista no art. 14, X, da MP nº 2.158-35/2001 – Ilegalidade do Art. 47, II e §2º, da Instrução Normativa SRF nº 247/2002

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Tributário – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ – Mercado de derivativos – Mercado de renda variável – Operações de Swap (Permuta) – Finalidade de Hedge (Cobertura de Risco) – Legalidade da limitação de dedução prevista no art. 772 do RIR-99 (Decreto nº 3.000/99)

Ementário

- ◆ Contribuição Social
- ◆ Execução Fiscal
- ◆ Empréstimo Compulsório
- ◆ Parcelamento
- ◆ Imunidade Tributária
- ◆ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- ◆ Imposto sobre Produtos Industrializados
- ◆ Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
- ◆ Imunidade
- ◆ PIS/COFINS
- ◆ Processo Administrativo Fiscal
- ◆ Processual Civil
- ◆ Responsabilidade Tributária

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Execução Fiscal